

FLASH

COVID-19: APOIO A MICROEMPRESAS TURÍSTICAS

De forma a atenuar os efeitos do surto de COVID-19 no setor do turismo, o Despacho Normativo n.º 4/2020, de 25 de março de 2020, veio estabelecer uma linha de crédito para as necessidades de tesouraria de empresas turísticas de menor dimensão, assegurada pelo Turismo de Portugal, I.P.

LINHA DE CRÉDITO

O quê: Linha de apoio financeiro

Objetivo: financiamento da tesouraria das empresas que, em resultado dos danos decorrentes do surto da doença COVID-19, demonstrem necessidades temporárias de acréscimo de fundo de maneo

Dotação: €60.000.000,00 (sessenta milhões de euros)

Beneficiárias:

Microempresas, ou seja, entidades que empregam menos de 10 trabalhadores efetivos e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não exceda 2 milhões de euros, que

i. tenham a respetiva certificação eletrónica (portal IAPMEI), e

ii. operem em turismo, com CAE Turismo:

- 551 - Estabelecimentos hoteleiros;
- 55201 - Alojamento mobilado para turistas;
- 55202 - Turismo no espaço rural;
- 55204 - Outros locais de alojamento de curta duração
- 55300 - Parques de campismo e de caravanismo
- 561 - Restaurantes
- 563 - Estabelecimentos de bebidas
- 771 - Aluguer de veículos automóveis
- 79 - Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas
- 82300 - Organização de feiras, congressos e outros eventos similares

93192 - Outras atividades desportivas, n. e. (1)

93210 - Atividades de parques de diversão e temáticos (1)

93292 - Atividades dos portos de recreio (marinas) (1)

93293 - Organização de atividades de animação (1)

93294 - Outras atividades de diversão e recreativas, n. e. (1)

(1) Atividades enquadráveis, desde que desenvolvidas por empresas de animação turística.

Condições de elegibilidade:

- a. Situação regularizada perante a Administração Tributária, Segurança Social e Turismo de Portugal, I.P.;
- b. Licença para o exercício da atividade e, quando exigível, registo no Registo Nacional de Turismo;
- c. Demonstração do impacto negativo do COVID-19 na atividade desenvolvida;
- d. Não ser empresa em dificuldade. Para os devidos efeitos, considera-se empresa em dificuldade empresa que se encontre numa das seguintes situações: (i) numa empresa com três ou mais anos, mais de metade do seu capital subscrito tiver desaparecido devido a perdas acumuladas, (ii) se a empresa for objeto de processo coletivo de insolvência ou preencher os critérios para o ser, por pedido dos seus credores; ou (iii) se a empresa tiver recebido um auxílio de emergência e ainda não tiver reembolsado o empréstimo ou terminado a garantia, ou tiver recebido um auxílio à reestruturação e ainda estiver sujeita a um plano de reestruturação;



- e. Não ter sido objeto, nos 2 anos anteriores à data da candidatura, de aplicação de sanção administrativa ou judicial pela utilização, ao seu serviço, de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação;
- f. Não ter sido, nos 2 anos anteriores à data da candidatura, condenada por sentença transitada em julgado por despedimento ilegal de grávidas, puérperas ou lactantes.

A verificação do cumprimento das condições enunciadas em b. a f. é efetuada mediante declaração prestada pela empresa no momento da candidatura.

Tipo de apoio: apoio financeiro de natureza reembolsável, sem juros remuneratórios associados.

Valor: €750,00 (setecentos e cinquenta euros) mensais por cada posto de trabalho existente na empresa até 29 de fevereiro de 2020, multiplicado por três meses, **não** podendo exceder €20.000,00 (vinte mil euros).

Condições do apoio:

- **Prazo:** 3 anos, com carência de 12 meses
- **Prestações:** trimestrais de igual montante
- **Garantia:** Fiança pessoal de um dos sócios da microempresa

Como requerer:

As candidaturas são apresentadas através de formulário disponível no portal do Turismo de Portugal, I. P., acompanhado de:

- i. Declaração de remunerações entregue na Segurança Social relativa aos trabalhadores existentes na empresa em 29.02.2020;
- ii. Autorização de consulta eletrónica da situação tributária e contributiva tendo em conta os seguintes dados do Turismo de Portugal, I. P., necessários para a autorização: Número de Identificação Fiscal 508666236 e Número de Identificação da Segurança Social 20003562314;

- iii. Código de acesso à certidão permanente de registo comercial.

A análise das candidaturas é efetuada pelo Turismo de Portugal no prazo máximo de 5 dias úteis, que poderá solicitar informação adicional.

Com decisão favorável, o apoio financeiro é formalizado através de contrato a celebrar entre a entidade beneficiária e o Turismo de Portugal, I. P.

Obrigações da entidade beneficiária:

- Apresentar, em julho de 2020, documento comprovativo de manutenção dos postos de trabalho referentes a 29.02.2020;
- Cumprir as obrigações legais, designadamente as fiscais, contributivas e de manutenção da situação regularizada perante o Turismo de Portugal, I.P.;
- Reembolsar o apoio financeiro concedido nos prazos e termos aprovados e contratados;
- Entregar todos os elementos solicitados pelo Turismo de Portugal, I.P.;
- Comunicar qualquer ocorrência que coloque em causa os pressupostos de aprovação do apoio;
- Sempre que aplicável, manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- Manter a contabilidade organizada de acordo com a legislação aplicável.

Em caso de incumprimento pela beneficiária, o contrato pode ser resolvido pelo Turismo de Portugal I.P., com obrigação de devolver o apoio financeiro acrescido de juros até 60 dias úteis após a respetiva notificação.

NOTA: Esta informação é de envio reservado e não deve ser compreendida como qualquer forma de publicidade. A informação apresentada e as opiniões expressas são de caráter geral e abstrato, não substituindo o recurso a aconselhamento jurídico adequado e específico para casos concretos.

Pedro Alves

Ana Pedrosa-Augusto

26 de março de 2020